

12011 ANEXO III DA IN 068/2020 – CONTAS DOS ORDENADORES DE DESPESAS
DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS DOS PODERES EXECUTIVOS
MUNICIPAIS, EXCETO INSTITUTOS PROPRIOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

RELUCI – ANEXO III

EXERCÍCIO 2025

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO CONTROLE INTERNO

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORADE CONTROLE INTERNO SOBRE
A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI**

RELATÓRIO

Emitente: UNIDADE CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

Gestor responsável: SERGIO LUIZ ANEQUIM

Exercício: 2025

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

**1-PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADOTADOS PELO CONTROLE INTERNO –
TABELA REFERENCIAL 1.**

TABELA REFERENCIAL 1

1. Itens de abordagem prioritária						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.						
Código	Ponto de controle	Base legal	Processo Administrativo analisado	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho.	Lei 4.320/1964, art. 60.	00433/2025 00151/2025 02025/2025 00043/2025 00268/2025 01963/2025 2025-DR61V/2025 2025-J9L1/2025 01642/2025 00D4SSP/2025 00839/2025 01120/2025 00279/2025 00309/2025 1918/2025 2025-VT9MP/2025 1869/2025 00167/2025 02156/2025 2025-87MVE/2025	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Pagamento de Despesa de Exercício Anterior com saldo orçamentário e de empenho no período correto.	Processos no setor de contabilidade tramitados na secretaria de administração no período de janeiro e dezembro de 2025.
1.3. Gestão patrimonial						
Código	Ponto de controle	Base legal	Processo Administrativo analisado	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada

1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB /88.	Relatório emitido pelo Sistema Informatizado de Contabilidade Pública – E&L Prod de Software em 16/03/2025.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Relatório Fluxo de Caixa Bancário e Termo de Verificação da Disponibilidade Financeira - Exercício 2025.	Constatamos 210 (duzentos e dez) contas no total, sendo 59 (cinquenta e nove) contas bancárias no Bco do Brasil, 120 (cento e vinte) contas bancárias no Bco Banestes, 30 (trinta) contas bancárias na caixa e 1 (uma) conta bancária no sicoob.
-------	---	---	---	--	--	--

2. Itens de abordagem complementar

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Processo Administrativo analisado	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.34	Despesa – auxílio, contribuições e subvenções.	Legislação específica.	Relatórios de despesa de empenho, liquidação e pagamento, Relatório Razão do elemento de despesa gerados pelo sistema E&L Prod de Software Ltda em 16/03/2025.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições lei específica.	Despesa com elementos de despesas e sub elementos de despesas - Subvenção, contribuição e auxílios (3.3.50 e 3.3.60).	Empenhos efetuados no exercício de 2025 no sistema contábil, com filtro de elemento de despesa e subelemento de despesa, verificado com o orçamento anual da despesa.
2.2.35	Despesa - subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Relatórios de despesa de empenho, liquidação e pagamento, Relatório Razão do elemento de despesa gerados pelo sistema E&L Prod de Software Ltda em 16/03/2025.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, Especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Despesa com elementos de despesas e sub elementos de despesas - Subvenção, contribuição e auxílios (3.350 e 3.3.60).	Empenhos efetuados no exercício de 2025 no sistema contábil, com filtro de elemento de despesa e subelemento de despesa, verificado com o orçamento anual da despesa.

2.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Base legal	Processo Administrativo analisado	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
--------	-------------------	------------	-----------------------------------	--------------	-------------------------------	---------------------

2.3.5	Cancelamento de passivos.	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade e NBC-TSP e NBC T 16.	2025-3Z8RC/2025/2025 5 00D44SP/2025 0000271/2025 0000271/2025 0000762/2025 0000029/2025 0000030/2025 00303/2025 0000311/2025 0000321/2025 0000189/2025 0000182/2025 0000664/2025 0000953/2025 0000046/2025 0000321/2025 0000429/2025 0000430/2025	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Anulações dos empenhos, do exercício de 2025.	Relatório de anulações de Empenho gerado no software de Contabilidade do período de janeiro a dezembro de 2025.
-------	---------------------------	--	---	--	---	---

2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Processo Administrativo analisado	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.4	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI	Relatório de Pontos de Controle da Folha de Pagamento no CidadES.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	PCF Prestação de Contas da Folha de Pagamento no CidadES no exercício de 2025.	PCF do ano de 2025 com 38 (trinta e oito) pontos de controle sobre recebimento acima do subsídio do prefeito.

1.2 Constatações e proposições

Com o objetivo de subsidiar a emissão do parecer final sobre as contas avaliadas, foram realizados análise das peças e relatórios de planejamento e gestão, bem como a confrontação das informações com documentos e relatórios contábeis, todos detalhadamente descritos no relatório.

Gestão fiscal, financeira e orçamentária (1.1)

Despesa sem prévio empenho. Item 1.1.2

Foram avaliados vinte processos do ano de 2025, Nº 00433/2025 – Escelsa S/A – R\$ 429.695,01, Nº 00151/2025 – Espaço Solução Digital – R\$695,00, Nº 02025/2025 – UP Brasil Administração e Serviços LTDA – R\$ 329.000,00, Nº 00043/2025 – CESAN Companhia Espirito Santense de Saneamento – R\$7.105,82, Nº 00268/2025 – PR Imprensa Nacional- R\$21.490,43, Nº 01963/2025 – Agrojax LTDA – R\$4.245,00, Nº 2025-DR61V/2025- Agnes Comercial LTDA ME – R\$11.957,00, Nº 2025-J9L1/2025 – Alameda Vitória Hotel LTDA – R\$1.049,40, Nº 01642/2025 – Ativa Eventos e Empreendimentos LTDA – R\$24.414,81, Nº 00D4SSP/2025 Backup Informática LTDA ME – R\$4.999,00, Nº 00839/2025 – Balardino & CIA LTDA ME – R\$ 4.916,00, Nº 01120/2025 – Bueno Comércio de Vestuário – R\$846,25, Nº 00279/2025 – Amunes Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo – R\$14.455,90, Nº 00309/2025 – ECT Empresa Bras de Correios e Telegrafos – R\$1.391,14 , Nº 1918/2025 – Cescopel Atacado Distribuidor LTDA EPP – R\$6.400,0, Nº 2025-VT9MP/2025 – Francis Brandão Costa – R\$890,00, Nº 1869/2025- Alex Campanha LTDA – R\$30.000,00, Nº 00167/2025 – Kennedy Alimentos LTDA EPP – R\$1.207,25, Nº 02156/2025 – AZ Turismo e Viagem LTDA – R\$6.753,62, Nº 2025-87MVE/2025 Casele Sport LTDA – R\$3.800,00. Totalizando o valor de R\$ 905.311,63. Processos esses que não se caracterizaram como despesa sem prévio empenho, visto que todos foram empenhados de acordo com sua necessidade.

Gestão Patrimonial (1.3)

As disponibilidades financeiras foram depositadas nas contas bancárias, totalizando 210 (duzentos e dez) contas, sendo no Banco do Brasil (001) na Agencia nº 1407-9, totalizando 59 (cinquenta e nove) contas no montante de valor de R\$ 5.662.109,44 (cinco milhões seiscentos e sessenta e dois mil cento e nove reais e noventa e quarenta e quatro centavos), em 31/12/2025, em conta corrente e de aplicações especifica do Banco do Banestes (021) na Agencia nº 0128, totalizando 120 (cento e vinte) contas no montante

de valor de R\$8.955.214,23 (oito milhões novecentos e cinquenta e cinco mil duzentos e quatorze reais e vinte e três centavos) em 31/12/2025, da Caixa Econômica Federal (104) na Agência nº 0592, totalizando 30 (trinta) contas no montante de valor de R\$8.402.220,17 (oito milhões quatrocentos e dois mil e duzentos e vinte reais e dezessete centavos), em 31/12/2025 e por fim, Sicoob Credochas (756), na Agência 3260, uma conta no montante de valor de R\$503.241,14 (quinhentos e três mil duzentos e quarenta e um reais e quatorze centavos) em 31/12/2025, totalizando o valor disponível de R\$23.522.784,98 (vinte e três milhões quinhentos e vinte dois mil setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos), em conta de instituições financeiras oficiais, conforme informação extraída do Fluxo de Caixa Bancário, referente ao exercício de 2025, do sistema E&L Contabilidade Pública Eletrônica. Informação referente ao item 1.3.3.

Gestão fiscal, financeira e orçamentária (2.2)

A Prefeitura Municipal de Muqui não efetuou no exercício de 2025, repasse como auxílios, contribuições e subvenções baseados na Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei nº 4.320/64 sem previsão de orçamento na LDO, na LOA e em Lei Específica. Para o item foi verificado o relatório de Empenhos no exercício de 2025, razão dos elementos de despesa emitido pelo sistema E & L Contabilidade Pública Eletrônica, com a verificação dos elementos de despesas e sub elementos de despesas (3.3.50 e 3.3.60).

Gestão Patrimonial (2.3)

Para o item 2.3.5 foi analisado o relatório de Anulação de Empenhos, do período de janeiro a dezembro de 2025, emitido pelo sistema de software de Contabilidade Pública. Foram verificados os processos Nº 2025-3Z8RC/2025/2025, Nº 00D44SP/2025 Nº 0000271/2025, Nº 0000271/2025, Nº 0000762/2025, Nº 0000029/2025, Nº 0000030/2025, Nº 00303/2025, Nº 0000311/2025, Nº 0000321/2025, Nº 0000189/2025, Nº 0000182/2025, Nº 0000664/2025, Nº 0000953/2025, Nº 0000046/2025, Nº0000321/2025, Nº 0000429/2025, Nº 0000430/2025, que tratam das anulações e suas justificativa por não utilização do saldo remanescente em tempo hábil, sendo anulado 365 (Trezentos e sessenta e cinco) empenhos no período, com as anulações devidamente justificadas.

Demais Atos de Gestão (2.6)

Foi identificado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por meio do sistema CidadES, o ponto de controle 1119 – Agente Público recebendo acima do subsídio mensal do prefeito, ocorreu no decorrer do exercício de 2025 apenas no mês de novembro. Esse ponto de controle refere-se ao pagamento de 38 servidores do magistério que em novembro receberam aumento retroativo a janeiro, ultrapassando o teto do subsídio do prefeito. Os Pagamento foi realizado apenas no mês de referência.

2. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADOTADOS PELO CONTROLE INTERNO – PEÇAS CONTÁBEIS QUE COMPÕEM A PCA

A partir da análise das peças que compõem a PCA, destacamos os pontos avaliados por este Controle Interno. A revisão foi realizada em documentos específicos, considerando o relatório da transição em comparação com a LRF.

Execução Financeira

A execução financeira, conforme demonstrado no Balanço Financeiro, engloba tanto a realização das receitas e despesas orçamentárias quanto os recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária. Estes, juntamente com o saldo do exercício anterior, determinam o saldo a ser transferido para o exercício subsequente.

A seguir, apresenta-se um resumo do Balanço Financeiro.

Tabela 1 – Balanço Financeiro Prefeitura

Saldo em espécie do exercício anterior	14.929.871,03
Receitas orçamentárias	83.583.452,66
Transferências financeiras recebidas	531.023,34
Recebimentos extra-orçamentários	11.092.826,77
Despesas orçamentárias	55.269.418,00
Transferências financeiras concedidas	18.574.148,59
Pagamentos extra-orçamentários	11.596.950,88
Saldo em espécie para o exercício seguinte	24.696.656,33

Fonte: Balanço Financeiro PCA/2025 – Sistema Contábil

Apresentamos a seguir, o saldo contábil das disponibilidades disponível nos termos de verificação.

Tabela 2 - Disponibilidade

Unidade Gestora	Saldo Contábil	Saldo Bancário
Prefeitura Municipal de Muqui	24.696.656,33	23.522.784,98

Fonte: Termo de Verificação de Disponibilidade Financeiras PCA/2025 – Sistema Contábil

Execução Patrimonial

A execução patrimonial na administração pública refere-se ao processo de gestão dos bens, direitos e obrigações do ente público, visando à correta aplicação dos recursos públicos para cumprir suas funções sociais e fiscais. Isso envolve a administração de ativos e passivos, a manutenção do patrimônio público e o cumprimento das obrigações

financeiras, respeitando os princípios da legalidade, transparência e eficiência. A boa execução patrimonial é crucial para garantir a sustentabilidade fiscal, a confiança da sociedade e a continuidade dos serviços públicos essenciais, enquanto a má gestão pode levar a desequilíbrios financeiros e comprometer a capacidade do governo de atender às suas responsabilidades.

Nas seguintes demonstrações, será evidenciada a maximização quanto à utilização dos recursos públicos no exercício de 2025.

Para o ano de 2025, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia um resultado patrimonial no valor de R\$11.254.280,98. Entretanto, quando comparado ao ano anterior, 2024, R\$ R\$ 1.224.607,42, observa-se um aumento no patrimônio de aproximadamente 919,01%, que de um exercício para o outro demonstra um percentual altíssimo. Dessa forma, o resultado das variações patrimoniais quantitativas refletem um valor de crescimento elevado no patrimônio do município, quando comparado ao ano anterior, que demonstrava uma redução em seu patrimônio, que inclusive demonstra a realidade das dificuldades enfrentadas pela atual gestão ao assumir.

Tabela 3 - Variações Patrimoniais Quantitativas

Varição Patrimonial Aumentativa VPA	96.553.875,93
Varição Patrimonial Diminutiva VPD	85.299.594,95
Resultado Patrimonial do período	11.254.280,98

Fonte: ANEXO XV - Variações Patrimoniais PCA/2025 – Sistema Contábil

Na administração pública, uma DVP positiva e crescente sinaliza que o ente público realizou um aumento do patrimônio, demonstrando uma a maximização de suas capacidades de realizar investimentos, cumprir suas obrigações e manter políticas públicas essenciais.

Tabela 4 – Balanço Patrimonial PMM

Especificação	2025	2024
Ativo circulante	36.311.550,66	24.305.766,58
não circulante	36.395.688,38	35.033.964,73
Passivo circulante	5.726.121,08	4.985.199,17
Passivo não circulante	16.767.746,11	15.120.456,65
Patrimônio líquido	50.213.371,85	39.234.075,49

Fonte: ANEXO XIV - Balanço Patrimonial PCA/2025 – Sistema Contábil

Disponibilidade caixa e restos a pagar

Os restos a pagar são despesas que, embora empenhadas e autorizadas no exercício financeiro, não foram pagas até o final do ano. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), esses restos a pagar devem ser registrados de forma adequada e controlada, garantindo que o orçamento público reflita de maneira transparente e precisa os compromissos assumidos pela administração pública.

A LRF estabelece que os restos a pagar podem ser classificados em duas categorias: **não processados** (quando não foram liquidadas as obrigações, como fornecimento de bens e serviços) e **processados** (quando a obrigação já foi liquidada, mas o pagamento ainda não foi efetuado). A gestão desses restos a pagar deve ser acompanhada rigorosamente para evitar impactos negativos nas contas públicas, como o comprometimento da capacidade de pagamento de futuras obrigações e o descumprimento dos limites fiscais estabelecidos pela lei.

Além disso, a LRF exige que a contabilidade pública assegure o registro adequado dos restos a pagar para garantir o equilíbrio fiscal e o cumprimento das metas fiscais, nesse contexto, o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional inclui o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Anexo 5), cujo objetivo é proporcionar transparência sobre o montante disponível para a inscrição de despesas não liquidadas em Restos a Pagar, destacando a disponibilidade líquida de caixa para cada recurso vinculado (art. 55 da LRF).

Tabela 5 – Restos a Pagar Disponibilidade de Caixa

Identificação dos Recursos Fonte de Recursos	Disponibilidade de Caixa	Restos a Pagar Processados e Demais Obrigações	Disponibilidade Líquida
Recursos Não Vinculados	4.929.232,08	2.319.143,01	2.610.089,07
Recursos Vinculados a Saúde	10.931.924,02	620.237,03	10.311.686,99
Total	15.861.156,10	2.939.380,04	12.921.776,06

Fonte: ANEXO V - RGF PCA/2025 – Sistema Contábil

Sob a ótica fiscal, verificou-se que em 31/12/2025 o Poder Executivo dispunha de liquidez suficiente para honrar seus compromissos financeiros, em acordo com o disposto no art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Diferente do exercício anterior.

A Tabela 5 também permite verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, que estabelece que, deve haver disponibilidade de caixa suficiente para cobrir as obrigações de despesa contraídas. Nesse contexto, as inscrições de Restos a Pagar processados e não processados, com a devida disponibilidade financeira, revelam atual situação fiscal do Poder Executivo. A inscrição de Restos a Pagar, tanto processados quanto não processados, com a necessária disponibilidade de caixa, configura uma gestão fiscal responsável, prezando o equilíbrio das contas públicas.

PARECER CONCLUSIVO

Examinamos a prestação de contas anual relativa ao exercício de 2025, elaborada sob a responsabilidade do Sr SERGIO LUIZ ANEQUIM. Ficou evidenciado o comprometimento da gestão com os valores de restos a pagar com cobertura financeira, atendendo as normas vigentes em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal.

3-RESSALVAS:

Ressalvamos que as peças orçamentárias, financeiras, patrimonial e de gestão fiscal foram analisadas no sistema da E&L Contabilidade Pública Eletrônica, com acesso por senha emitida para fins de relatórios, e no site do CIDADESWEB.

Não foi realizado auditorias nas outras áreas sugeridas que compõem a PCA no exercício de 2025, devido à pouca estrutura e que a verificação foi efetuada por documentos entregues eletronicamente e diretamente no sistema informatizado de Contabilidade Pública utilizado pelo poder Executivo.

Muqui-ES, 24 de março de 2026.